

HELDER DOS SANTOS DE OLIVEIRA

QUARENTENÁRIO E VILA PONTE NOVA: A RELAÇÃO
SÓCIO-AMBIENTAL DA POPULAÇÃO EM ÁREA DE
DEPÓSITO DE RESÍDUOS ORGANOCLORADOS

BACHAREL EM GEOGRAFIA

Unisantos / Santos

2003

HELDER DOS SANTOS DE OLIVEIRA

QUARENTENÁRIO E VILA PONTE NOVA: A RELAÇÃO
SÓCIO-AMBIENTAL DA POPULAÇÃO EM ÁREA DE
DEPÓSITO DE RESÍDUOS ORGANOCLORADOS

Monografia apresentada à banca examinadora do curso de geografia da Faculdade de Filosofia, ciências e Letras da Unisantos-Universidade Católica de Santos, como exigência parcial para obtenção do grau de bacharel em geografia, sob a orientação do professor Paulo Roberto Teixeira.

Santos

2003

Banca Examinadora

Prof. Paulo Roberto Teixeira

Prof. José Hemer negildo da Silva

Prof. Dra. Benalva da Silva Vitório

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à:

Deus, que me ilumina e fortalece;

Meus pais, Henes Tavares de Oliveira e Wanda dos Santos de Oliveira

Minha irmã Telma de Oliveira Perotti e sua família;

Claudia Maria Ortigosa;

Irmã Maria Dolores;

Maria Isabel Calil, a “Bel”;

Juliano Paixão;

E a toda comunidade do Quarentenário e da Vila Ponte Nova.

AGRADECIMENTOS

Aos meus professores (as), em especial ao professor orientador Paulo Roberto Teixeira e à professora doutora Benalva da Silva Vitório;

Aos colegas do curso de licenciatura e bacharelado em geografia;

As professoras Carmem Lydia e Vera Lúcia, do Núcleo de Extensão Comunitária da Unisantos;

Aos estagiários e funcionários do Necom;

Aos funcionários da VIP;

Aos amigos do PSF - Quarentenário;

Ao Projeto Agente Jovem de São Vicente;

À ACPO, Associação de Combate aos POPs;

Ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, comissão local de Santos;

Ao Movimento Sócio-Ambiental da Baixada Santista;

E a todos educandos com os quais tive a honra de trabalhar.

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
1. O meio físico e a ação antrópica.....	9
2. Histórico da ocupação.....	13
3. Os organoclorados.....	21
3.1 O hexaclorobenzeno.....	23
3.2 O pentaclorofenol (pó da China).....	25
4. A intoxicação.....	26
5. Projetos sociais.....	32
5.1 Projeto Juventude em Ação: agentes multiplicadores de saúde e cidadania.....	33
5.2 Projeto Brincar e Aprender.....	35
5.3 Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano....	36
5.4 Projeto Esperança: Um outro mundo é possível.....	37
5.5 Fórum Regional Juvenil “Pacto São Paulo” contra a violência....	38
Anexos.....	40
Conclusão.....	71
Bibliografia.....	73

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho originou-se através da experiência de quatro anos obtida pelo autor como estagiário do Curso de Geografia no Necom/Núcleo de Extensão Comunitária da Universidade Católica de Santos e de dois anos como instrutor do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, nas comunidades da Vila Ponte Nova e Quarentenário.

A região está localizada no município de São Vicente, latitude 23°57'35''S e longitude 46°23'15''W, em sua porção continental, no Distrito de Samaritá ou Distrito da Área Continental de São Vicente, junto ao Jardim Rio Branco, ao fundo da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, entre os rios Mariana e Piaçabuçu, em terreno do Ministério da Agricultura.

Trata-se de um processo de invasão e loteamento da região do antigo “Quarentenário”, local onde na década de cinquenta o gado ficava de quarentena aguardando o abate. Desse processo originaram-se dois bairros, divididos pela linha férrea da antiga Fepasa, sendo ao lado direito da linha o Quarentenário e ao lado esquerdo a Vila Ponte Nova, tendo como referências o marco zero do município, a Ponte dos Barreiros e a Avenida Angelina Pretty, sentido ilha-continente.

A região é marcada pelo fato de que a ocupação se deu no entorno de um depósito de resíduos químicos industriais organoclorados, conhecidos por serem poluentes orgânicos persistentes (POPs), comprovadamente perigosos à saúde humana, depositados por uma multinacional francesa na década de setenta.

O relevante processo de degradação ambiental e saúde pública fez com que despertou o interesse de se pesquisar o processo de ocupação; a

problemática da população; como se relacionam com o meio ambiente; bem como citar a importância de alguns dos projetos sociais realizados nas comunidades no período de 2000 a 2003. Os projetos são: Brincar e Aprender, Juventude em Ação: Agentes Multiplicadores de Saúde e Cidadania, Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Projeto Esperança: Um Outro Mundo é Possível, e o Fórum Regional Juvenil Contra a Violência “Pacto São Paulo”, sendo esse último, um movimento de juventude.

1 - O MEIO FÍSICO E A AÇÃO ANTRÓPICA

A região onde estão localizados os bairros do Quarentenário e da Vila Ponte Nova faz parte da planície de Samaritá, pertencente à província geomorfológica da Baixada Santista.

As características geomorfológicas que configuram-se na referida área são, em grande parte, influenciadas pelas condições climáticas que conservam altas temperaturas e pluviosidade (BOLIGAN, 1999).

Os bairros estão situados entre os rios Mariana e Piaçabuçu. Esses rios pertencem à Bacia Atlântico Sul, trecho sudeste e à Bacia dos Tributários do Estuário, entre a bacia hidrográfica do rio Branco ou Boturoca e a costa. Têm suas nascentes no sopé da Serra do Mar, caracterizado por pequenos cursos d'água. São rios totalmente de planície, que sofrem influência das marés, possuem ambientes pantanosos litorâneos, resultando em regiões típicas de mangue.

O rio Piaçabuçu, que na língua indígena tupi-guarani significa “porto grande”, faz as divisas administrativas dos municípios de São Vicente e Praia Grande. Tem sua nascente nas proximidades da rodovia Padre Manoel da Nóbrega e foz em forma de estuário. Possui ilhas fluviais, entre elas a Ilha Hermida. Passa por bairros da área continental de São Vicente, sendo um deles a Vila Ponte Nova.

O rio Mariana é um rio antigo, tem sua nascente nas proximidades do Jardim Rio Branco, corta o bairro do Quarentenário, tem forma meândrica e conflui para o Canal dos Barreiros. Tem os rios Gragaú e Taquimboque como afluentes. Nas margens deste rio foram depositados clandestinamente resíduos tóxicos industriais, comprometendo o ecossistema da região.

Há presença de alguns lagos, havendo um lago na entrada do Quarentenário ao lado da estação de trem. Este lago abriga algumas espécies de aves, sendo observada a presença de uma família de ratão do banhado. O lago encontra-se bastante degradado, havendo muito lixo e esgoto, necessitando, em caráter de urgência de um plano de recuperação.

A região possui vegetação típica de manguezal e restinga.

A restinga ou dunas interiores, exibe porte arbustivo-arbóreo e adaptação ao substrato arenoso enxuto. Essa vegetação praticamente desapareceu no município de São Vicente, devido à ocupação urbana, podendo ser observado na planície de Samaritá, inclusive no Quarentenário e na Vila Ponte Nova, uma pequena faixa bastante degradada e em recuperação dando origem às chamadas capoeiras. A restinga, como fixadora de dunas ou estabilizadora de mangue, é um bem de interesse comum, considerada de preservação permanente (LEI 7.875, 1989), inclusive no que se refere à sua fauna. Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha (LEI 7.653, 1988). A região, dotada de beleza paisagística, tem no que diz respeito a aves, uma grande diversidade, sendo comum a apreensão e o comércio desses animais.

O manguezal é um elemento importante do meio físico da região de Samaritá, se estendem sobre áreas de forma irregular, entrecortadas por diversos rios, canais, lagos, periodicamente inundadas pelas águas das marés (TEIXEIRA, 1994). É um ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestres e marinhos, característico de regiões tropicais e subtropicais (SHAEFFER-NOVELLI, 1995). As águas trazidas pelos rios ou

acumuladas em depressões próximas ao mar, contém grande quantidade de argila e matéria orgânica em suspensão. O contato com a água salgada resulta na aglutinação desse material que vai se depositando sucessivamente e formando um solo lodoso, muito úmido, salgado e pouco oxigenado (MAGALHÃES, S/D). Apresenta condições propícias para alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies animais, sendo considerado importante transformador de nutrientes em matéria orgânica e gerador de bens de serviços (SHAEFFER-NOVELLI, 1995). Os animais podem ser encontrados em todos os níveis da vegetação e também no solo. Admite-se que os animais aquáticos presentes no manguezal sejam de origem marinha. Entre esses predominam os crustáceos e os moluscos. Diversas espécies de aves e mamíferos também podem ser encontradas (MARQUES, 2000).

Nos mangues dos rios Mariana e Piaçabuçu, em trabalho de observação com crianças do projeto de educação ambiental Brincar e Aprender, no ano de 2002, foram observados maguarís, garças, socós, colhereiros, gaviões, caranguejos conhecidos popularmente por chama maré ou maria mulata e pegadas de mamíferos de pequeno porte. Moradores observaram na região a presença de tamanduá, mão pelada, capivara, papagaio-do-mangue, tucano e ratão do banhado.

Representa certas associações vegetais e anfíbias, lenhosas e perenifólias. Seu maior desenvolvimento encontra-se nas áreas onde o relevo topográfico é suave e a amplitude da maré é alta. Entre as espécies vegetais que caracterizam o manguezal estão a *Rhizophora mangle*, a *Avicennia schaueriana* e a *Lacuncularia racemosa*. Além das árvores, uma grande variedade de epífitas e samambaias podem ser encontradas (MARQUES, 2000).

“O soterramento dos manguezais para crescimento urbano implica também em desmatamento, provocando alterações na vegetação e no solo, resultando no aumento do volume de água e da velocidade da mesma, transferindo a deposição dos sedimentos para a região costeira e alterando o padrão de inundação. Desse modo, a entrada de água salina poderá atingir níveis insustentáveis para os animais presentes, causando sua mortalidade” (MARQUES, 2000). Na região, o manguezal sofre com o processo de invasão desde o final da década de oitenta, se intensificando com o término da obra da Ponte dos Barreiros no início dos anos noventa.

A falta de saneamento ambiental degrada o mangue, onde o esgoto vai in natura para os rios Mariana e Piaçabuçu que margeiam os bairros. Outro fator degradante foi a retirada clandestina de areia das margens dos rios.

Em trabalho de observação realizado na oficina de pesquisa do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, no dia 15 de agosto de 2003, sobre a diversidade do lixo encontrado no manguezal foram encontrados: pneus; sofás; capacete; privada; isopor; espumas; garrafas plásticas; tubo de pvc; garrafas de vidro; sacolas plásticas; papéis de balas; fraldas; entulhos; materiais orgânicos; ferros; geladeira; restos de tecidos; tapetes; fios; telhas; cofre e pilhas. Apesar da degradação ambiental nos mangues dos rios Mariana e Piaçabuçu, os mesmos mantêm sua importância biológica, sendo abrigo para aves e fonte de alimentação para muitas espécies de peixes e crustáceos, que procuram esses manguezais para reprodução e desova.

2 - HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO

Os vereadores da Câmara Municipal de São Vicente aprovaram na íntegra o Projeto de Ocupação e Uso do Solo do distrito de Samaritá no dia 12 de dezembro 1985. O projeto foi elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional - CDH. O estudo da CDH é uma das exigências do Secretário de Planejamento do Estado, José Serra, para a construção da ponte sobre o canal dos Barreiros. Prevê um processo de ocupação para o distrito totalmente disciplinado, como nunca ocorreu na Baixada Santista. Todas as áreas de mangue, as encostas da Serra do Mar e os cursos d'água, não podem mais, serem tocados ou destruídos. Os loteamentos a serem implantados na zona urbana proporcionarão a criação de núcleos com alto padrão de preservação ambiental e infra-estrutura aos habitantes (A TRIBUNA, 1985).

Apesar da aprovação do Projeto de Ocupação e Uso do Solo, a ocupação concreta da Planície de Samaritá, assim como do bairro Quarentenário e da Vila Ponte Nova, se deu de maneira problemática. “Entre esses problemas estão a falta de infra-estrutura para acolher a população, que aumentou rapidamente devido a ligação à área insular pela ponte dos Barreiros, e a poluição química, que contribuiu para a degradação da área” (BOLIGAN, 1999).

O antigo Quarentenário, era o local onde, na década de cinquenta, o gado ficava de quarentena aguardando o abate. “Nesta mesma época foram criadas redes de frigoríficos no interior do Estado de São Paulo, provocando o abandono da área. Ao mesmo tempo, a expansão do Pólo Petroquímico e Siderúrgico de Cubatão, com a implantação de indústrias de fertilizantes e agrotóxicos, gerou uma grande quantidade de lixo químico que precisava ser

depositado em algum lugar. E uma das “soluções” encontradas foi depositar na área onde hoje se localiza o bairro Quarentenário. A região anteriormente rica e preservada teve uma rápida deterioração” (CALIL, 1997). Esse crime ambiental, cometido pela multinacional francesa Rhounê-Poulenc, através de sua subsidiária no Brasil, Rhodia S/A, levou a contaminação do solo, dos rios, do lençol freático, da fauna, flora e de toda uma cadeia alimentar, comprometendo a utilização dos recursos naturais da região.

O prefeito Sebastião Ribeiro da Silva interdita a área através do decreto 3.460 de 14 de novembro de 1985. No entanto, o decreto é desrespeitado e dezenas de moradias são construídas na área, sem o menor critério. Seu sucessor, o prefeito Antonio dos Reis, baixa um decreto declarando estado de calamidade pública no trecho situado entre o Jardim Rio Branco e o Quarentenário. O decreto proíbe a construção de novas casas nas imediações dos depósitos de lixo químico industrial da Rhodia (A TRIBUNA, 1990).

Em 20 de setembro de 1989, o jornal A Tribuna denuncia a ocupação por dezenas de famílias em ritmo acelerado das áreas próximas à cava do Quarentenário. Sendo os lotes comercializados pela família Jafet (A TRIBUNA, 1989).

A área foi ocupada no final da década de 80 devido ao grande déficit habitacional popular na região. Segundo (TEIXEIRA, 1991), “o déficit habitacional do município era estimado em 35 mil unidades”.

Na década de oitenta havia apenas algumas chácaras na região, se intensificando a ocupação a partir da década de noventa, com o término da obra da Ponte dos Barreiros, facilitando o acesso a região. “Quando as primeiras investigações foram feitas, em 1988, havia poucas casas, uma das

quais era habitada por uma senhora há mais de dezessete anos” (SILVA, 1998).

“A principal área de favelamento na área continental de São Vicente, que apresenta maior adensamento populacional e mais rápido índice de crescimento é a Vila Ponte Nova, que ocupa a área do Quarentenário” (TEIXEIRA, 1991).

“A população é formada, em sua grande maioria, por migrantes de zonas rurais que, por falta de uma política agrária, procuram os grandes centros urbanos. Como esses centros urbanos não conseguem absorver esse contingente humano, as periferias tornaram-se a única opção de moradia” (FERREIRA, 1999). Grande parte são migrantes nordestinos ou descendentes, que vieram para a região atraídos pela expectativa de emprego no Pólo Petroquímico e Siderúrgico de Cubatão.

Os moradores organizaram um movimento de ocupação, liderado por Antonio Carlos Silva, o “China”, e José Alves de Barros, o “Maguila”. No início, as terras eram distribuídas gratuitamente, mas logo começaram as cobranças de taxas de melhorias. “Em uma casa branca, que ficava onde hoje é a escola, eram feitas reuniões com pessoas interessadas em terrenos na região. O terreno foi demarcado pelo próprio (China), que media como seriam as ruas e suas quadras, chegando a demarcar até a área da igreja. No local onde hoje é a igreja, havia um poço.” (CALIL, 1997).

Segundo Márcio Santos de Moura, que mora no bairro desde 1993, os moradores trocavam sacos de cimento por lotes junto à Sociedade Melhoramentos de Bairro. O morador revela também que as ruas foram abertas pelos próprios moradores, utilizando instrumentos rudimentares como pás, enxadas e carrinhos de mão, modificando o relevo e a vegetação, através da utilização de aterro retirado de dunas existentes no local, aterrando áreas

de mangue e restinga. As ruas receberam nomes de cidades de onde os primeiros moradores vieram.

Restos de materiais utilizados na construção civil como pedras, blocos, tijolos e telhas são ainda hoje utilizados para aterrar ruas.

Márcia Aparecida dos Santos, moradora no Quarentenário desde 1989, diz que a única condução no início da ocupação era o TIM, (Trem Intra-Metropolitano), sendo a estação mais próxima a do Jardim Rio Branco, à aproximadamente dois quilômetros de distância. Os moradores freqüentemente puxavam o freio de emergência do trem e pulavam. Havia também apedrejamentos de vagões, onde muitas pessoas se machucavam. Houve inclusive a morte de uma usuária que morreu em pé sufocada pelo excesso de lotação do trem. A estação do Quarentenário só foi construída depois com dinheiro dos próprios moradores, através de doações de materiais e com mão de obra local. Hoje esse sistema de transporte foi extinto.

Para o abastecimento de água, a população contou, até 1994, apenas com o poço do Jacob. Depois a Sabesp instalou duas caixas d'água, uma perto da igreja, no atual bairro do Quarentenário e outra na rua Rio de Janeiro, na Vila Ponte Nova, que eram abastecidas duas vezes ao dia por um caminhão pipa, havendo dias em que o abastecimento não era feito. “Somente em 1997, o Governo do Estado, após muitos protestos da população, implantou a ligação de água encanada” (VILA PONTE NOVA INSTITUIÇÃO PROMOCIONAL, S/D).

A Capela Nossa Senhora da Esperança foi construída em 1992, com mão de obra local, e doações feitas pela Província dos Capuchinhos e pela Rhodia. Antes, as missas eram rezadas ao ar livre (VILA PONTE NOVA INSTITUIÇÃO PROMOCIONAL, 2003). A Irmã Maria Dolores coordena os

trabalhos na igreja junto com o Frei Guilherme. Em suas dependências funciona a EMEI “Nossa Senhora da Esperança”.

“A creche Vila Ponte Nova, foi construída pela Sociedade Melhoramentos, com recursos oriundos do processo de ocupação da área, com a finalidade de ser uma creche comunitária, ou seja, administrada e gerenciada pelos próprios moradores. Foi inaugurada em 1993, através de um contrato de comodato, a Sociedade de Melhoramentos cedeu as instalações para a Secretaria de Cidadania e Ação Social da Prefeitura Municipal de São Vicente, que mantém a creche, em troca de 30% das vagas para filhos de associados” (CALIL, 1997).

“O posto de saúde foi inaugurado em 23/01/1994, com recursos da organização não governamental espanhola Manos Unidas, conseguidos pela Mitra Diocesana, através de um encontro oficial com a Prefeitura de São Vicente. A Diocese, apesar de não ter a propriedade do terreno, cedeu as instalações para o funcionamento da Poli-Saúde, administrado pelo SESASV (Serviço de Saúde de São Vicente), da Prefeitura Municipal de São Vicente” (MARTINS, 1999).

A Manos Unidas ainda possibilitou a construção do Centro Comunitário e da sede da VIP/Vila Ponte Nova Instituição Promocional, onde funciona a Escola Profissionalizante “Irmã Maria Dolores”.

“O Centro Comunitário foi inaugurado em 1994, sendo gerenciado pela VIP/Vila Ponte Nova Instituição Promocional, coordenada pela Irmã Maria Dolores. Funciona através do trabalho voluntário de pessoas da comunidade. As atividades desenvolvidas buscam reunir pessoas preocupadas em ajudar os outros, conscientizar sobre os direitos básicos, e desenvolver atividades que atendam as necessidades da população” (CALIL, 1997).

A Escola Profissionalizante “Irmã Maria Dolores” foi inaugurada no primeiro semestre de 1997. Conta com cursos de panificação; elétrica; informática; manutenção de micro; corte e costura; corte e costura industrial; secretariado; cabeleireiro; pintura em tecido; desenho e teatro. Possui também, em suas dependências, uma biblioteca comunitária, inaugurada em 2003. Os alunos dos cursos profissionalizantes tem aulas de educação para cidadania, ministradas por estagiários do Necom.

“O fato da área não ser legalizada impediu os governos municipal e estadual de construírem a escola. As crianças tinham que andar, em média, três a quatro quilômetros para estudar. A escola foi construída do lado esquerdo da linha do trem, sentido ilha-continente, onde havia um terreno disponível, reservado para a construção de uma praça” (CALIL, 1997). Um grupo ligado à paróquia Santo Antônio do Embaré e à Irmã Maria Dolores Muñiz Junquera, construíram a EMEF “Raul Rocha do Amaral”, hoje dirigida pela Prefeitura Municipal de São Vicente. A escola, inaugurada em 06 de julho de 1996, atende atualmente 844 alunos no Ensino Fundamental Ciclo-I, nos períodos manhã e vespertino e 175 no curso de alfabetização para adultos no noturno, num total de 1019 alunos. A escola, construída em dois pavimentos, conta com doze salas de aula; biblioteca; secretaria; cozinha; laboratório; pátio coberto; sala de direção e de assistente de direção; sala dos professores; e área livre. Desenvolve vários projetos, entre eles o Jornal Escola; Resgatando Valores; Gibiteca; Paz nas Escolas; Prevenção à Dengue (lixo, água e meio ambiente); Paz no Trânsito; Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis; Prevenção às Drogas Lícitas e Ilícitas; Preservação do Meio Ambiente; e Passeios Orientados, além de promover ações como reuniões de pais; palestras com dentistas, psicólogos, médicos e assistentes sociais. A EMEF Raul Rocha do Amaral é um dos locais de desenvolvimento social da comunidade, onde, por diversas vezes, foram feitas

ações de intervenção pelo Necom e pela Igreja Católica, como por exemplo, na realização da catequese, do Projeto Clubinho da Criança, nas comemorações dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Semana do Meio Ambiente e no Dia da Cidadania, contribuindo assim, para a formação cidadã da população.

Recentemente, no dia 25 de janeiro de 2002, foi inaugurada no Quarentenário a EMEF Prefeito José Meirelles, localizada numa parte do bairro conhecida por “Areião”. A construção dessa escola, além de colaborar com o atendimento a demanda do Ciclo I, vem suprir a ausência do Ciclo II do Ensino Fundamental, uma vez que, antes de sua construção, os estudantes tinham que se deslocar até bairros vizinhos para estudar.

A mais recente conquista para essas comunidades foi o Centro de Parto Normal David Capistrano Filho. A Casa do Parto, como popularmente vem sendo chamada, foi inaugurada em 2002, entrando em funcionamento em 2003. É um projeto da VIP/Vila Ponte Nova Instituição Promocional, e tem o Ministério da Saúde, a Prefeitura Municipal de São Vicente e a Universidade Católica de Santos como parceiros.

Os bairros contam com Regionais Administrativas da Prefeitura de São Vicente. Os administradores regionais são lideranças comunitárias, como o Maguila, que exerceu o cargo no Quarentenário até ser violentamente assassinado em sua residência, no dia 16 de dezembro de 2001, sendo substituído pelo Sr. Gilberto Baía, outra importante personagem no processo de ocupação.

Quanto ao comércio, há predominância de bares; havendo ainda padarias; mercados; farmácias; casa de material de construção; video locadora; bicicletarias; borracharia; mecânica; pizzaria; imobiliária; peixeiros que vendem o produto passando pelas ruas de bicicleta ou fixos em pontos

movimentados; salões de cabeleireiros, onde a maioria trabalha na própria residência; barracas de lanches; pastelaria; algumas lojas de roupas; a feira livre aos sábados e alguns camelôs vendendo os mais diferentes tipos de produtos.

3 - OS ORGANOCLORADOS

Os organoclorados são classificados como substâncias extremamente tóxicas. São produtos utilizados como defensivos de uso agrícola e domiciliar, como pesticidas, praguicidas, biocidas, inseticidas, acaricidas, fungicidas, herbicidas, molusquicidas, bactericidas, fumigantes, entre outros. Muito pouco biodegradáveis, tornam-se persistentes no meio ambiente, podendo significar sua passagem pelo processo da biomagnificação, o que os torna persistente na cadeia alimentar (BOLIGAN, 1999). São compostos de carbono, hidrogênio e cloro. Quando absorvidos, armazenam-se nos seres vivos em sua forma original, acumulando-se particularmente no fígado, nos rins e tecidos gordurosos (ASSOCIAÇÃO DOS CONTAMINADOS PROFISSIONALMENTE POR ORGANOCLORADOS, 1999). Como estes produtos concentram-se principalmente no fígado e nos rins, acarretam danos também ao sistema digestivo causando problemas intestinais, hepatomegalia (aumento do tamanho do fígado), hepatite, cirrose hepática (degeneração do fígado), necrose focal do fígado (no centro do lóbulo) e degeneração gordurosa do fígado (fígado gordo). Como agem nas células do fígado, isto acarreta alterações nos processos do organismo, causando sintomas como cansaço, fraqueza, emagrecimento, entre outros (BOLIGAN, 1999). “Produzem uma ampla gama de efeitos tóxicos em animais e seres humanos, inclusive nos sistemas reprodutivos, nervoso e imunológico, além de causarem câncer. Muitos desses efeitos ocorrem porque certos organoclorados são capazes de mimetizar ou bloquear determinados hormônios, particularmente hormônios sexuais. Além disso, alguns organoclorados afetam enzimas que controlam as reações bioquímicas no organismo. Há organoclorados que também afetam os neurotransmissores, substâncias químicas do sistema nervoso, assim como as células do sistema imunológico” (GREENPEACE, 1996).

“Quando mulheres grávidas ou lactantes são expostas a organoclorados persistentes, seus filhos ficam igualmente expostos. Esses poluentes passam através da placenta para o feto em desenvolvimento, assim como passam para o recém nascido através do leite materno. Durante as etapas iniciais de desenvolvimento da vida, quando os órgãos do corpo estão se formando e crescendo, a suscetibilidade aos efeitos dos compostos tóxicos é evidentemente maior. Os fetos em desenvolvimento carecem de gordura corporal para armazenar os organoclorados que, por isso, circulam diretamente nos órgãos em desenvolvimento. E como o sistema imunológico dos fetos ainda não se formou inteiramente, sua defesa contra essas substâncias tóxicas é bastante limitada” (GREENPEACE, 1996).

3.1 - O HEXACLOROBENZENO

O hexaclorobenzeno é uma substância cristalina, usada para controlar fungos em sementes de cereais, participa de inúmeras sínteses orgânicas industriais e aparece como resíduo numa série de outras. Desde que foi proibida sua fabricação e uso na maior parte dos países, a partir da década de setenta, a maior fonte de poluição tem sido a produção de tetracloreto de carbono e de percloroetileno. É um composto bastante estável, por isso pode ser encontrado em todos os sistemas de meio ambiente, no ar, na água, e nos sedimentos, desenvolvendo, desse modo, um grande potencial de participar das cadeias alimentares (ASSOCIAÇÃO DOS CONTAMINADOS PROFISSIONALMENTE POR ORGANOCLORADOS, 1999).

Constitui a principal fonte de exposição para os habitantes. Acumula-se no fígado, em tecido gorduroso, nos rins e no sistema nervoso central. Provoca alterações do tamanho do fígado, causando danos hepáticos e uma doença conhecida como Porfira Cutânea Tarda. A fotossensibilidade pode ocorrer após alguns anos de exposição, levando a manchas hipercrônicas (ASSOCIAÇÃO DOS CONTAMINADOS PROFISSIONALMENTE POR ORGANOCLORADOS, 1999).

“A exposição por HCB pode ocorrer , por exemplo, pela ingestão de água contaminada por descargas industriais ou em áreas agrícolas, onde o consumo de carne, ovos e leite contaminados por HCB pode levar à intoxicação. O contato com o produto por inalação, ou pela pele, pode ocorrer mesmo através dos ventos ou volatização em áreas industriais, depósitos de lixo químico ou dispersão acidental em plantações” (BOLIGIAN, 1999).

Segundo a International Agency for Research on Cancer (IARC), qualquer dose de HCB é capaz de induzir risco adicional de câncer, levando a ser questionável os limites de ingestão do produto (BOLIGIAN, 1999).

3.2 - O PENTACLOROFENOL - PÓ DA CHINA

O pentaclorofenol faz parte de um grupo de fenóis, que são substâncias utilizadas para fins medicinais e industriais, na composição de produtos de anti-sépticos, desinfetantes, germicidas, vermífugos, anestésicos e preservativos, entre outros. Sua produção, assim como, outros fenóis clorados, teve início nos Estados Unidos, na década de 1930, destinando-se à preservação de madeira (BOLIGIAN, 1999).

É contaminante de alguns pesticidas e, quando na forma comercial, é freqüentemente contaminado pelas dioxinas que se formam durante seu processo de produção. É muito utilizado em todo o mundo, principalmente como conservante de madeira. (ASSOCIAÇÃO DOS CONTAMINADOS PROFISSIONALMENTE POR ORGANOCLORADOS, 1999).

O pentaclorofenol, PCP, se distribui pelo organismo concentrando-se fundamentalmente no fígado, rins, coração, cérebro, adrenais e tecido gorduroso, sendo facilmente absorvido pela via dérmica, e eliminado principalmente pela urina (LARINE, 1997).

“Dentre os sintomas mais comuns de intoxicação estão as conjuntivites, queimaduras da pele, acne ponteadas, furunculose, pigmentação parda, tosse, dispnéia, náuseas e vômitos, contrações abdominais, sudorese marcante, febre, aumento da velocidade do pulso, debilidade das extremidades inferiores e posteriores, perda de peso, convulsões, dermatites, comprometimento do parênquima hepático, irritação de pele, cloroacne, danos hepáticos” (ASSOCIAÇÃO DOS CONTAMINADOS PROFISSIONALMENTE POR ORGANOCLORADOS, 1999).

4 - A INTOXICAÇÃO

O Caso Rhodia na Baixada Santista é considerado um dos maiores desastres ambientais com produtos organoclorados do mundo. Esses produtos estão entre os químicos mais perigosos e letais produzidos pela indústria química.

O Quarentenário é palco de despejo desses produtos, em especial o hexaclorobenzeno (HCB), em maior quantidade e o pentaclorofenol (PCP), conhecido popularmente por pó da China, poluindo todo o ecossistema da região através de um processo de bioacumulação, onde toda cadeia alimentar está comprometida, culminando no homem, no topo da cadeia.

O Dr. Sebastião Geraldo da Silva Pinheiro, assessor do Dr. José Lutzenberg, Secretário de Meio Ambiente da Presidência da República, atendendo convite da Comissão Especial de Vereadores, constituída pela Resolução nº25/91, que esteve no município de São Vicente nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 1991. Em contato com as pessoas residentes nas proximidades do depósito de resíduos químicos organoclorados, no Quarentenário, verificou que as mesmas apresentavam muitas doenças de pele, o que o deixou bastante preocupado, considerando a situação como gravíssima (SÃO VICENTE, 1993).

A magnitude do risco desses lixões pode ser avaliada pela quantidade e conteúdo dos resíduos, pela exposição direta, múltipla e prolongada sofrida pela população e pela abrangência da agressão ao meio ambiente.

“Entre os lixões encontrados pela população confirmados pela Cetesb e assumidos legalmente pela Rhodia, os de maiores riscos são os

localizados na área continental de São Vicente, em Samaritá, no Quarentenário” (SINDICATO DOS TRABALHADORES QUÍMICOS DE SÃO PAULO, ABC E CAMPINAS, 1995).

As áreas que serviram de depósito para os resíduos industriais da Rhodia, em Samaritá, não poderão ser aproveitadas para a agricultura, construção de moradias, indústrias ou qualquer outra atividade. Tanto o solo quanto os cursos d’água estão irremediavelmente comprometidos. Não se pode utilizar a água dos poços artesianos, a areia para fins variados e os rios para pesca. O homem não deve lançar mão dos recursos naturais daqueles trechos nunca mais. Esta é a conclusão do geólogo José Antônio D’ambrósio, nomeado pela justiça para realizar a peritagem nos lixões e emitir laudo especificando os danos causados ao meio ambiente (A TRIBUNA, 1986).

“Existem evidências documentais de que os resíduos organoclorados foram dispostos em Samaritá por volta de 1978. Nesta mesma época, nas imediações do Canal Love, na cidade de Niagara Falls, Estado de New York, na fronteira dos Estados Unidos com o Canadá, foram descobertos depósitos com resíduos industriais gerados na produção de triclorofenol pela usina da Hooker Chemicals and Plastics Corps; este episódio que envolveu 200 toneladas de organoclorados teve repercussões internacionais e obrigou o então presidente Jimmy Carter a declarar a área como um desastre nacional. O local que sofreu o impacto foi interditado e, somente em setembro de 1988, portanto, 10 anos depois, os residentes puderam voltar às suas moradias” (SINDICATO DOS TRABALHADORES QUÍMICOS DE SÃO PAULO, ABC, E CAMPINAS, 1995).

O episódio de Samaritá envolveu composto de toxidade e natureza química semelhante ao caso do Canal Love. Aqui, no entanto, estima-se uma quantidade de resíduos, dezenas de vezes superior, cerca de 12.000 toneladas

de organoclorados, sendo essa uma estimativa mínima da Cetesb, contaminando uma quantidade incalculável de solo.

Apesar das quantidades bem maiores, nos processos de descontaminação de Samaritá, as populações vizinhas, sujeitas aos riscos químicos, não foram retiradas da área, e ao contrário, intensificou-se a ocupação humana nas imediações do local contaminado, principalmente na área do Quarentenário (SINDICATO DOS TRABALHADORES QUÍMICOS DE SÃO PAULO, ABC E CAMPINAS, 1995).

Em 04 de dezembro de 1991, o “Grupo Técnico de Estudos e Trabalhos Sobre a Questão da Contaminação por Resíduos Tóxicos nos Municípios de São Vicente e Itanhaém, reunidos na Câmara Municipal de São Vicente, deliberam por unanimidade, solicitar a participação da Organização Panamericana de Saúde - OPAS / OMS, em sua área de atuação, no sentido de colaborar nos estudos e na solução dos problemas de saúde pública destes municípios. Sendo que famílias estão residindo em áreas afetadas por resíduos tóxicos, ingerindo água e alimentos contaminados, com efeitos danosos à saúde” (SÃO VICENTE, 1991).

Foram encontrados dois locais bem definidos de depósitos, sendo um deles sobre uma área praticamente inundada por um braço do rio Mariana durante a movimentação das águas das marés (SILVA, 1998).

Segundo o agente de saúde Odair José Pereira, que participou de uma pesquisa feita pela Cetesb no início de 2003, sobre o consumo de pescados e crustáceos pela população local, grande parte consome com frequência esses alimentos, sendo base da alimentação de muitas famílias, e oriundos dos rios e mangues da região.

Nos peixes do rio Mariana constatou-se a presença de hexaclorobenzeno em níveis cinco mil vezes superiores aos admissíveis para consumo humano (CAPELA JUNIOR, 1993).

Os moradores da região de Samaritá devem parar de pescar no rio Mariana e mesmo no rio Branco, pois esses rios foram atingidos pelos resíduos industriais. As pessoas devem evitar o consumo de siris, caranguejos e peixes provenientes daquela área, porque podem estar ingerindo os produtos cancerígenos, que provocam danos à saúde, imediatos ou a longo prazo (A TRIBUNA, 1988).

A pescaria, como lazer ou como complementação alimentar sempre foi muito freqüente. De acordo com entrevista cedida por uma moradora à médica sanitária, mestre em saúde pública, Dra Agnes Soares da Silva, em 1988, a chácara onde foram depositados os resíduos químicos organoclorados sempre foi bastante visitada, devido ao fato de haver muitas frutas no local, e por possibilitar acesso ao mangue, para pegar pitu e caranguejos (SILVA, 1998). Pesquisa em anexo mostra que 25% dos entrevistados possuem poços em suas residências e 43% consomem peixes e crustáceos provenientes dos rios e mangues da região.

“As queixas mais freqüentes dos moradores tinham relação com o forte odor que exalava do sítio do depósito, provocando cefaléias e náuseas, principalmente em dias quentes após um período de chuvas. Todos relacionavam a movimentação dos resíduos, tanto quando foram depositados como na escavação para sua retirada, com os momentos que mais incomodaram, não só porque o odor ficava mais forte, mas também porque o vento carregava muita poeira da área que estava sendo removida” (SILVA, 1998).

A retirada clandestina de areia contribuiu para espalhar os poluentes. Em trabalhos de pesquisa de campo, realizados a partir de 2001, foi possível observar que os moradores utilizam com frequência a areia de dunas e até mesmo o solo da área onde foram depositados os poluentes, para aterro. Até o final do ano de 2001, saíam diariamente, caminhões carregados de areia, provavelmente para ser utilizada na fabricação de vidros e na construção civil, na Baixada Santista.

“No entender dos toxicologistas, há necessidade de se manter os lixões industriais sob vigilância permanente, no sentido de impedir o acesso de quaisquer pessoas, principalmente crianças, aos locais” (A TRIBUNA, 1985).

A agente de saúde do Programa Saúde da Família, Márcia Aparecida dos Santos, revela o caso de uma criança de dois anos, moradora da rua Gravatá, nas proximidades do lixão da Rhodia, que foi atendida no Hospital São José e transferida para a Santa Casa de Santo Amaro, em São Paulo, ficando internada de 13 de julho à 14 de agosto de 2003. A criança ficou em estado de coma durante uma semana, o que gerou seqüelas. Sente fortes dores de cabeça, enjôo, além de ter ficado com uma diferença nos membros inferiores de três centímetros. O diagnóstico do médico é “encefalite”, sendo provavelmente causado por uma bactéria encontrada no solo. A mãe, ao revelar ao médico que morava nas proximidades de um depósito de resíduos químicos organoclorados, levantou a suspeita de relação com os poluentes.

A área interditada sempre foi desrespeitada. A placa de interdição apenas dizia “área de monitoramento ambiental”, não alertando a população sobre o real perigo dos contaminantes. Em determinada época nem mesmo placa havia, sendo o local utilizado, principalmente por crianças e adolescentes, como campo para a prática de futebol. Segundo um morador

que não quis ser identificado, na área dos depósitos ocorrem campeonatos de futebol, sendo alguns patrocinados por um vereador da região.

5 - PROJETOS SOCIAIS

Hoje há um crescente movimento de juventude no bairro. Esse movimento se fortalece através de projetos sociais que usam uma pedagogia diferenciada, e preconizam a formação cidadã, despertando na população infanto-juvenil uma cultura participativa em torno da conquista de seus direitos de cidadania. Esse movimento se deve principalmente ao trabalho da Irmã Maria Dolores Muñiz Junqueira, com a criação da VIP/Vila Ponte Nova Instituição Promocional e da Escola Profissionalizante Irmã Maria Dolores, onde todos os alunos participam de aulas de educação para a cidadania, ministradas por estagiários de diversas áreas como: Geografia, Direito, Enfermagem, Farmácia, Assistência Social, Pedagogia e Psicologia. Esse trabalho é realizado em parceria com o Necom/Núcleo de Extensão Comunitária da Universidade Católica de Santos, que proporciona também, através de convênios, espaços físicos, recursos material e humano, para a execução de diversos projetos e atividades.

Outras entidades também atuam no bairro. São elas: Pastoral da Criança; Pastoral da Juventude, através do grupo de jovens JUC/Jovens Unidos em Cristo; MNMMR/Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Comissão Local de Santos; Alia/Associação Libertária da Infância e da Adolescência; Copec/Coletivo Pacifista Eco-Cultural; AAM/Associação de Apoio ao Município; Associação Centro de Treinamento Gaviões do 40; Associação de Mães e Filhos do Quarentenário, Vila Ponte Nova e Jardim Rio Negro; e Grupo Fênix.

5.1 - PROJETO JUVENTUDE EM AÇÃO: AGENTES MULTIPLICADORES DE SAÚDE E CIDADANIA.

O Projeto Juventude em Ação: Agentes Multiplicadores de Saúde e Cidadania, realizado pelo Núcleo de Extensão Comunitária da Universidade Católica de Santos, NEC, depois Necom; VIP/Vila Ponte Nova Instituição Promocional; Pastoral da Juventude e MNMMR/Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Comissão Local de Santos, contribuiu para o fortalecimento do protagonismo juvenil, ao capacitar quarenta jovens da Área Continental de São Vicente, para serem multiplicadores de informação. Os agentes recebiam uma bolsa auxílio de sessenta reais para participarem de aulas de educação para a cidadania, com ênfase na área da saúde. O conteúdo das aulas foi trabalhado em oficinas culturais de música; teatro; rádio e vídeo, resultando como trabalho final à edição de uma fita de vídeo; um programa de rádio; uma peça de teatro e um CD demonstrativo. Na oficina de música foram desenvolvidas duas músicas, sendo uma delas uma versão da música “Agamamou” do grupo Arte Popular, e uma composição própria chamada “Canção do Estatuto”, em anexo, onde aborda a importância do “Estatuto da Criança e do Adolescente”, ganhando menção honrosa em concurso realizado pelo Conselho Regional de Psicologia, em 2001. Apresentaram-se em eventos realizados na Escola Profissionalizante Irmã Maria Dolores; na EMEF Raul Rocha do Amaral; SESC Santos; na X Semana Fafiana (Unisantos); I Fórum de Geografia (Unisantos); no Dia Nacional da Juventude e no Dia de Formação, ambos eventos da Pastoral da Juventude; e na entrega do Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos para a Irmã Maria Dolores Muniz Junqueira, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. O projeto teve a duração de quatro meses e mesmo com o seu término o grupo de música se reunia em

espaços públicos para realizar ensaios e apresentações, dentro e fora da comunidade, durante alguns meses, A peça de teatro relatava a vida e o sofrimento de uma mãe, vítima da exclusão social, que tinha seus direitos básicos de cidadã negados. O vídeo produzido na oficina denuncia o trabalho infantil, as precárias condições de estrutura e atendimento ao público do posto de saúde, a poluição local, além de mostrar atividades realizadas nas oficinas do projeto. A oficina de rádio produziu um programa apresentado na própria Escola Profissionalizante Irmã Maria Dolores e na EMEF Raul Rocha do Amaral.

5.2 - PROJETO BRINCAR E APRENDER

O Projeto Brincar e Aprender foi realizado durante os anos de 2001 e 2002, na Escola Profissionalizante Irmã Maria Dolores e na Associação de Melhoramentos de Bairro do Quarentenário, respectivamente. Realizado pelo Necom em parceria com a VIP, atendeu cerca de oitenta crianças de oito a doze anos. Tinha por finalidade estimular através de brincadeiras educativas o aprendizado da população infantil, sendo que os temas abordados estavam relacionados principalmente ao meio ambiente e cidadania. Visando despertar o senso crítico; sensibilizar sobre a importância da preservação ambiental; alertar sobre possíveis problemas de saúde, relacionados ao meio ambiente; criar uma cultura de paz e de cooperação; preservar a cultura popular e o folclore brasileiro; reforçar o ensino escolar; e fortalecer a cidadania. O princípio que embasou esse projeto é o de informar e conscientizar desde cedo as crianças sobre as questões sócio-ambientais. A metodologia visava construir, a partir de uma forma participativa, conceitos que levem à reflexão de valores, respeitando-se principalmente as vivências de cada um. A base central visava buscar uma relação de afetividade e respeito, gerando compreensão e estímulo na construção do conhecimento, a partir do ato de refletir, participar, brincar e aprender. O projeto foi aplicado por estagiários de geografia, letras e pedagogia, com metodologia construtivista, onde através de brincadeiras; dinâmicas; cirandas; canções; teatro; danças; trabalhos artesanais; e estudo do meio; buscavam facilitar o processo de aprendizagem dos educandos. O Projeto Brincar e Aprender foi muito bem aceito pela comunidade, parando suas atividades apenas por dificuldades de espaço físico.

5.3 -PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

Em julho de 2001 inicia-se em São Vicente o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Este é um projeto do Governo Federal, vinculado ao Ministério da Previdência Social, tendo o Ministério de Meio Ambiente e o Ministério da Saúde como parceiros. Ligado às três esferas governamentais, na parte estadual está subordinado à Secretaria de Estado de Assistência Social e, na esfera municipal a Secretaria de Cidadania e Ação Social, em parceria com Associação de Apoio ao Município (ong vicentina). O projeto tem duração de um ano por turma e foi idealizado para atender jovens de quinze a dezessete anos em situação de vulnerabilidade social, de forma que os mesmos possam interferir de forma positiva na realidade onde vivem, e se habilitem a desenvolver um verdadeiro projeto de vida. A primeira turma do Projeto Agente Jovem no Quarentenário contou com vinte e cinco agentes que realizaram trabalhos de recreação na creche; de conscientização aos pacientes do posto de saúde que não retornavam às consultas; de prevenção e combate à dengue; e campanha de reciclagem do lixo. No mês de abril de 2003, começa a segunda turma do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, atendendo cinquenta jovens divididos em duas turmas, manhã e tarde. Até o presente momento realizaram trabalhos de pesquisa sobre a diversidade do lixo no manguezal e nas ruas, e sobre a relação da população com o meio ambiente local, sendo esta inserida em anexo; uma música em ritmo funk chamada Pare e Pense, com dizeres sobre o cotidiano da periferia; e o Projeto Bairro de Cara Limpa, onde os agentes fazem, junto à população, um trabalho de conscientização e reciclagem do lixo. O projeto conta com oficinas de educação para cidadania, saúde, educação sócio-ambiental, planejamento, pesquisa, esporte, produção de vídeo, comunicação, e expressão e criatividade.

5.4 - PROJETO ESPERANÇA: UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL

O Projeto Esperança: Um Outro Mundo é Possível, foi realizado neste ano de 2003, na Escola Profissionalizante Irmã Maria Dolores, sendo o uma parceria da VIP, Necom, MNMMR/Comissão Local de Santos, Associação de Mulheres Nossa Senhora da Esperança, Pastoral da Juventude e Pastoral da Criança. O projeto teve duração de quatro meses e atendeu 30 jovens de 14 a 18 anos, moradores da área continental de São Vicente. A proposta foi possibilitar aos jovens uma visão de que um outro mundo é possível, através do conhecimento, cooperação, organização e luta. Os educandos receberam uma bolsa incentivo de R\$ 50,00 e participaram de oficinas pedagógicas de educação para a cidadania, música, dança de rua, capoeira e teatro. Teve por objetivo favorecer o protagonismo juvenil, o fortalecimento da auto-estima, da liderança, e da cidadania ativa, envolvendo os adolescentes no processo de transformação de suas comunidades. Foram trabalhados temas como: Cidadania; Constituição Federal; Estatuto da Cidade; Estatuto da Criança e do Adolescente; auto-conhecimento; relações afetivas; análise da conjuntura social, econômica, política e educacional; economia solidária e desenvolvimento sustentável; ética filosófica; violência e direitos humanos; a contaminação local pela Rhodia; convivência com a natureza; movimento ambientalista; movimentos sociais; protagonismo juvenil; reforma agrária; e diversidade cultural (VILA PONTE NOVA INSTITUIÇÃO PROMOCIONAL, 2003).

5.5 - FÓRUM REGIONAL JUVENIL “PACTO SÃO PAULO” CONTRA A VIOLÊNCIA

No dia 17 de maio de 2002, cerca de trinta jovens do Quarentenário e da Vila Ponte Nova, participaram, junto com entidades e movimentos de juventude da Baixada Santista, do Seminário Pacto São Paulo Contra a Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado no auditório da Unisantos no campus Carvalho de Mendonça. O seminário contou com a palestra da socióloga Marlene Vaz e com a apresentação da pesquisa “A realidade da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Baixada Santista”, coordenada pelas Professoras Mestres Maria Izabel Calil e Vera Lúcia da Silva, do Necom/Núcleo de Extensão Comunitária da Universidade Católica de Santos. Os jovens participaram de uma oficina de protagonismo juvenil e levaram como proposta de enfrentamento o reencontro dos grupos de juventude presentes no seminário, dando origem ao Fórum Regional Juvenil Contra a Violência/Pacto São Paulo, que acontece uma vez por mês desde junho de 2002. O Necom/Núcleo de Extensão Comunitária da Universidade Católica de Santos, a Alia/Associação Libertária da Infância e Adolescência, o MNMMR/Movimento Nacional de Meninos Meninas de Rua, Comissão Local de Santos e a VIP/Vila Ponte Nova Instituição Promocional, ajudam na organização da juventude e disponibilizam material, lanche e transporte para a participação dos jovens do Quarentenário e da Vila Ponte Nova, sendo esses, bastante participativos nos encontros do Fórum.

O Fórum Regional Juvenil Contra a Violência /Pacto São Paulo é um espaço de integração para adolescentes e jovens integrantes de organizações que realizam trabalhos em comunidades da Baixada Santista. Reúne cerca de cento e cinquenta participantes entre jovens, educadores e

representantes de organizações da região. No fórum são abordados temas relacionados à violência: sexual, na escola, na mídia e no atendimento ao público (JORNEC, 2003). Tem a finalidade de levar os jovens à compreensão das questões de violência através da reflexão-ação.

Fazem parte do Fórum Regional Juvenil Contra a Violência/Pacto São Paulo entidades como o Necom/Núcleo de Extensão Comunitária da Universidade Católica de Santos; Projeto Camará; VIP/Vila Ponte Nova Instituição Promocional; MNMMR/Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Comissão Local de Santos; Alia/Associação Libertária da Infância e da Adolescência; Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano de Praia Grande; Projeto Sentinela de Praia Grande; Grupo de Capoeira Mandinga; Lar da Criança Feliz; Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano de Santos; Pastoral da Juventude; UMES/União Municipal dos Estudantes Secundaristas-Santos; Juventude do PT; e Casa do Menor.

ANEXO 1- Pesquisa sobre as características sócio-ambientais aplicada em cem domicílios nas proximidades da área contaminada por organoclorados.

1 - Tipo de construção:

(85%) Alvenaria (15%) Madeira

2 - A residência é:

(94%) Própria (4%) Alugada (2%) Outra forma

3 - Quantas pessoas moram nesta residência?

(5,2 pessoas)

4 - Quantas pessoas trabalham, mesmo sem registro em carteira?

(2,9)

5 - Quantos cômodos há na residência?

(4 cômodos)

6 - A água chega canalizada na residência?

(100%)

7 - Há existência de poço na propriedade?

(25%)

8 - O escoadouro do banheiro é ligado a:

(0%) Rede geral de esgoto (42%) Fossa

(38%) Vala (20%) Rio (0%) Outro

9 - O lixo produzido por esta família é:

(89%) Coletado pelo lixeiro (5%) Jogado em terreno baldio (0%) Outro destino (4%) Colocado em caçamba (2%) Jogado no rio ou mangue

(0%) Queimado

10 - Esta residência possui iluminação elétrica?

(100%)

11 - Nesta residência existe:

(89%) Rádio (89%) Televisão (26%) Videocassete (91%)
Geladeira (21%) Microondas (2%) Computador (14%) Carro ou
moto (1%) Parabólica

12 - Você planta em seu terreno ou consome frutas, verduras, legumes, ervas
medicinais cultivadas no bairro?

(38%)

13 - A família consome peixes e/ou crustáceos provenientes dos rios e
mangues da região?

(43%)

14 - Já usou aterro ou areia provenientes da região?

(47%)

15 - Já utilizou para nadar os rios e/ou lagoas existentes na região?

(54%)

ANEXO 2 - Canção do Estatuto (Juventude em Ação)

É legal conhecer o Estatuto
Que tenhamos consciência pra lutar
Conhecer os nossos direitos
Para que possamos praticar.

A Criança tem direito a um lar,
Uma família, saúde e educação
O adolescente tem direito de ir e vir
E também a uma profissionalização.

É legal, isso é legal
É legal, isso é legal.

É legal falar do Estatuto
Quando alguém necessitar
É legal saber todos os direitos
Quando precisar saber sempre usar.

É legal, isso é legal
Errar, repartir e saber reparar
É legal poder ajudar o menor abandonado
A ter o que comer e uma casa onde morar.

É legal, isso é legal
É legal, isso é legal.

ANEXO 3 - Projeto Juventude em Ação : Agentes multiplicadores de Saúde e Cidadania



(Foto: Gisele Silva/ Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, entrega do Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos à Irmã Maria Dolores Muniz Junqueira - 2001).

ANEXO 4 - Projeto Brincar e Aprender



(Foto: Helder Oliveira / Avenida Brasília, Quarentenário - Maio de 2002).

ANEXO 5 - Projeto Brincar e Aprender



(Foto: Arquivo pessoal / Sociedade Melhoramentos do Quarentenário 2002).

ANEXO 6 - Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano



(Foto: Helder Oliveira / Rua Bauru, 205 - 2002).

ANEXO 7 - Projeto Esperança: Um Outro Mundo é Possível



(Foto Helder Oliveira / Oficina de música - 05 de Novembro de 2003).

ANEXO 8 - Fórum Regional Juvenil Contra a Violência



(Foto: Helder Oliveira / Unisantos, campus Pompéia - 2002).

ANEXO 9 - EMEF Raul Rocha do Amaral



(Foto: Juliano Paixão / Comemoração da Semana do Meio Ambiente - junho de 2003).

ANEXO 10 - Centro de Parto Normal "David Capistrano Filho"



(Foto: Helder Oliveira / 2002).

ANEXO 11 - Igreja e Centro Comunitário



(Foto: Helder Oliveira / Igreja no centro; ao fundo o Centro Comunitário; e a creche do lado direito- 2002).

ANEXO 12 - Biblioteca Comunitária e a Escola Profissionalizante "Irmã Maria Dolores"



(Foto: Helder Oliveira / 25 de novembro de 2003).

ANEXO 13 - Reivindicação por água encanada



(Foto: Márcia Aparecida dos santos - 1996).

ANEXO 14 - Movimento Metropolitano Contra o Lixo Químico da Rhodia



(Foto: Helder Oliveira / 2002).

ANEXO 15 - Movimento Metropolitano Contra o Lixo Químico da Rhodia



(Foto: Helder Oliveira / No carro de som a deputada estadual Maria Lúcia Prandi; o vereador Alfredo Moura; João Carlos Gomes, da ACPO; e lideranças comunitárias - 2002).

ANEXO 16 - Cava do Quarentenário - Rhodia



(Foto: Helder Oliveira / 2001).

ANEXO 17 - Cava do Quarentenário - Rhodia



(Foto: arquivo pessoal / Local dos despejos dos produtos organoclorados - 2002).

ANEXO 18 - Cava do Quarentenário - Rhodia



(Foto: arquivo pessoal / jovens jogando futebol na área dos despejos de organoclorados - 2002).

ANEXO 19 - Cava do Quarentenário - Rhodia



(Foto: arquivo pessoal / jovens jogando futebol na área dos despejos de organoclorados - 2002).

ANEXO 20 - Rio Mariana



(foto: Helder Oliveira / população bebendo água contaminada do rio Mariana - 2001).

ANEXO 21 - Rio Mariana



(Foto: Helder Oliveira / desmatamento da mata ciliar - 2002).

ANEXO 22 - Rio Mariana



(foto: Helder Oliveira / Jovens no rio Mariana - 2001).

ANEXO 23 - Rio Piaçabuçu



(Foto: Elaine Santos/ 2000).

ANEXO 24 - Rio Piaçabuçu



(Foto: Helder Oliveira / Pescadores no rio Piaçabuçu - 25 de novembro de 2003).

ANEXO 25 - Ocupação humana em área de manguezal



(Foto: Helder Oliveira / Palafita no rio Mariana - 2000).

ANEXO 26 - Ocupação humana em área de manguezal



(Foto: Helder Oliveira / Área de manguezal cercada para ocupação)

ANEXO 27 - Área de retirada clandestina de areia



(Foto: Helder Oliveira / 2000).

ANEXO 28 - Lagoa no Quarentenário



(Foto Helder Oliveira / 2002).

ANEXO 29 - Lagoa no Quarentenário



(Foto: Helder Oliveira / ao fundo, do lado direito, à Sociedade de Melhoramentos do Quarentenário - 2002).

ANEXO 30 - Piezômetro



(Foto: arquivo pessoal / Piezômetro, utilizado para controle da poluição do lençol freático).

CONCLUSÃO

O processo de ocupação no entorno da área dos despejos se deu de maneira rápida e intensa. Segundo estimativa visual, cerca de doze mil pessoas moram no Quarentenário e seis mil na Vila Ponte Nova, sendo que na década de oitenta, havia apenas algumas chácaras esparsas pela região. Esse crescimento se deu de maneira desordenada, acarretando em problemas ambientais e de falta de infra-estrutura.

A grande quantidade de poluentes organoclorados, despejados na região, contaminaram uma quantidade incalculável de solo, que se espalharam através dos cursos d'água e das ações eólica e antrópica. Os recursos naturais estão irremediavelmente comprometidos e toda a cadeia alimentar está afetada, através de um processo de bioacumulação, culminando no homem, no topo da cadeia.

Os moradores utilizam-se dos recursos naturais de maneira espontânea, plantando; pescando; coletando caranguejos e frutos; usufruindo dos rios e lagos como opções de lazer; utilizando a água do lençol freático; e retirando aterro do local, desconhecendo a potencialidade tóxica e o perigo dos produtos organoclorados.

Sofrem um processo de contaminação direta, múltipla e prolongada pelos resíduos químicos, comprovadamente nocivos à saúde humana e pela falta de saneamento ambiental, onde indistintamente todas as pessoas se expõem a poluição.

Examinar a população e tratar a saúde daqueles que estão comprovadamente contaminados; fazer um sensoriamento remoto, a fim de detectar a extensão da contaminação; isolar a área de maneira eficaz;

indenizar as vítimas e retirar a população das áreas críticas é o mínimo que a Rhodia poderia fazer para minimizar a dívida que tem com o povo brasileiro.

Quanto ao Poder Público, criar uma política habitacional que atenda às necessidades dessa população, sendo que, muitas famílias moram em palafitas sobre o mangue, em condições de extrema miséria.

Tendo por princípio a Constituição Federal, em seu artigo 225, em que diz: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, as pessoas residentes no Quarentenário e na Vila Ponte Nova sofrem um processo de exclusão sócio-ambiental.

Os projetos sociais são de suma importância para o desenvolvimento social, cultural e ambiental dessas comunidades, uma vez que existe um grande número de adolescentes e jovens ociosos por falta de qualificação profissional e/ou por falta de oportunidade de emprego, que ficam pelas ruas sujeitos à ação do narcotráfico. Gradativamente os projetos vêm surtindo efeito, uma vez que formam cidadãos críticos e conscientes de seus direitos de cidadania, multiplicadores de informação, e agentes comunitários, contribuindo assim, para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alex, ALVES, Rita. *As sementes da mudança*. Jornec, Santos, abril, 2003. Órgão informativo do Necom/Núcleo de Extensão Comunitária da Universidade Católica de Santos, 1p.

ASSOCIAÇÃO DOS CONTAMINADOS PROFISSIONALMENTE POR ORGANOCLORADOS. *Dossiê do caso Rhodia II...Contaminação ocupacional*. Santos: ACPO, 1999. 35p.

BRASIL. Lei nº 7.875, de 13 de novembro de 1989. Altera as leis 7803, de 18 de junho de 1989 e 4771 de 15 de setembro de 1965 que institui o código florestal. Brasília: Congresso Nacional, 1989. p. 1-13.

BRASIL. Lei Nº 7.653 de 12 de fevereiro de 1988. Altera a lei 5.653 de 03 de janeiro de 1967 que institui a lei de proteção à fauna. Brasília: Congresso Nacional, 1988. p.13-9.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. *Constituição da República federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. 292p.

BOLIGAN, Andressa Turcatel Alves. *Problemas de saúde no bairro Quarentenário-São Vicente (SP): uma questão de poluição ambiental?*, 1999. v1. Monografia (curso de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Unesp, Rio Claro.

CALIL, Maria Izabel. Vila Ponte Nova: uma comunidade em construção. In: NÚCLEO DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS: *Ação comunitária*. Santos: Leopoldianum, 1997. p. 131-68.

CÂMARA aprova projeto para preservar Samaritá. *A Tribuna*, 13 de dezembro de 1985. Baixada & Litoral p.7.

CAPELA JUNIOR, Afonso. Cubatão: onde a vida não vale nada. *Os caminhos da Terra*, São Paulo, ano 2, n.16, p. 57-61, 15 junho 1993.

DEPÓSITOS da Rhodia tornam o solo irrecuperável. *A Tribuna*, 1 março de 1986. Baixada & Litoral. p. 12.

FAMÍLIAs ocupam área próxima ao lixão industrial. *A Tribuna*, 20 de setembro de 1989. Baixada & Litoral p.6.

FERREIRA, Andréa Braga Salgueiro e outras. Projeto Educação para a Cidadania 1997. In: NÚCLEO DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS. *Ação Comunitária*. Santos: Leopoldianum, 1999. p. 260.

GREENPEACE. *Corpo de delito: Os efeitos dos organoclorados na saúde humana*. Tradução por Marijane Lisboa. S/LI: Greenpeace, 1996. 12p.

LARINE, Lourival. Toxicologia: Pentaclorofenol: Absorção, biotransformação e excreção. Manole Ltda, 1997. p. 195.

LEROY, Jean Pierre. Relatório do Projeto Relatores para os Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais, 2002.

MAGALHÃES, Nícia Wendel de. *Descubra o lagamar: A vida nas serras e planícies*. São Paulo: Associação para estudos do ambiente, S/D. p. 34-5.

MARQUES, Fábio Guimarães e outros. Manguezais: ecossistemas entre a terra e o mar. In: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS QUÍMICAS E BIOLÓGICAS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS: III Semana de Biologia: conservação e meio ambiente. Santos: Unisantos, 2000.

MARTINS, Claudia Feliciano de Deus. Projeto Saúde para a Comunidade. In: NÚCLEO DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS. *Ação comunitária*. Santos: Leopoldianum, 1999. p. 267-9.

PESCA deve ser evitada na região. *A Tribuna*, 14 de julho de 1988. Baixada & Litoral p. 7.

PESCUMA, Derna, CASTILHO, Antonio Paulo F. de. *Referências bibliográficas*. 2.ed.rev.amp. São Paulo:Olho d'Água, 2003. 124p.

SÃO VICENTE. Resolução, 25/91, s/d. Comissão especial de vereadores, Relatório sobre a contaminação da área continental pelo resíduo químico da Rhodia, São Vicente, 1993.

SÃO VICENTE. Solicitação de intervenção da OPAS / OMS, 4 de dezembro de 1991. Grupo técnico de estudos e trabalhos sobre a questão da contaminação por resíduos tóxicos nos municípios de São Vicente e Itanhaém, São Vicente, 1991.

SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. *Ecossistema entre a terra e o mar: Caribbean Ecological Research*, 1995. p. 7-41.

SILVA, Agnes Soares da. *Contaminação ambiental e exposição ocupacional e urbana ao hexaclorobenzeno na Baixada Santista, SP, Brasil: Samaritá: um problema de saúde pública*. Puerto Iguazu: United Nations Environment Programme, 1998.

SINDICATO DOS TRABALHADORES QUÍMICOS DE SÃO PAULO, ABC E CAMPINAS. *Dossiê do caso Rhodia*. São Paulo, 1995.

TEIXEIRA, Paulo Roberto. *O processo de Ocupação Urbana de Samaritá*. 1991. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Geografia) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade Católica de Santos, Santos.

TRÊS moradores de Samaritá com sintomas de contaminação. *A Tribuna*, 16 de outubro de 1985. Baixada & Litoral.

VILA PONTE NOVA INSTITUIÇÃO PROMOCIONAL. *Dados sobre a experiência*. São Vicente, S/D.

VILA PONTE NOVA INSTITUIÇÃO PROMOCIONAL. *Projeto um outro mundo é possível*. São Vicente, 2003.

